

A TEORIA KANTIANA DA CAUSALIDADE POR LIBERDADE NA “CRÍTICA DA RAZÃO PURA”¹

KANT’S THEORY OF CAUSALITY THROUGH LIBERTY IN THE CRITIQUE OF PURE REASON

Adriano Perin²

Solange de Moraes³

RESUMO

A causalidade por liberdade, conforme apresentada por Kant no esquema teórico da Terceira Antinomia, parece anunciar não somente uma preocupação em assegurar certeza ao conhecimento, mas também uma tentativa, ainda que problemática de uma perspectiva estritamente teórica, de garantir uma futura teoria da moralidade. Eis porque Kant, na solução da Terceira Antinomia, apresenta como problemas tanto conciliar uma causalidade por liberdade incondicionada com a causalidade da natureza, como também estabelecer aquela causalidade como causa espontânea na determinação da vontade. Embora Kant anuncie esta tese já no Prefácio da Segunda Edição da *Crítica* e depois a apresente como problemática na Dialética Transcendental, ele ainda não conseguiria, nesta última passagem, mostrar como a moralidade pode ser afirmada como ciência possível, mediante o pressuposto da possibilidade e da realidade objetiva da liberdade enquanto liberdade prática. No Cânone da Razão Pura, na qual Kant afirma que a liberdade prática é conhecida pela experiência como uma das causas naturais, parece ser difícil compreender como esta seria, concomitantemente, conhecida pela experiência e diferente dos acontecimentos empíricos subordinados à causalidade da natureza. O estudo, realizado a partir de uma análise sistemática da filosofia kantiana apresentada na *Crítica da razão pura*, especialmente na Dialética Transcendental e no Cânone da Razão Pura, mostra que uma causalidade por liberdade, nesta obra de Kant, pode ser apresentada só como uma idéia transcendental, cujo pensamento o filósofo conseguira admitir como não-contraditório e necessário. A possibilidade mesma desta causalidade, entretanto, que garantiria realidade à liberdade prática, parece não poder ser estabelecida na primeira *Crítica*. O que Kant parece ter feito nesta obra é assegurar um lugar para a moralidade no

¹ PROPET

² Curso de Filosofia - UNIFRA

³ Orientadora - UNIFRA.

seu sistema filosófico, a partir da restrição do conhecimento à experiência e, assim, do reconhecimento da possibilidade de se pensar que a moralidade pode “ocupar terreno” além do campo da experiência mediante um uso puro prático da razão.

Palavras-chave: idéias transcendentais, liberdade transcendental, liberdade prática.

ABSTRACT

The causality through liberty, as presented by Kant in the theoretical scheme of the Third Antinomy, seems to announce not only a concern about assuring that knowledge is certain, but also an attempt to ensure a future theory of morality, even though it is a problematic attempt of a strictly theoretical perspective. This is the reason why Kant, in the solution of the Third Antinomy, presents such issues as matching up a causality through liberty with a causality of nature, and establishing the former as a spontaneous cause in the determination of will. Although Kant states this thesis in the Preface of the second Edition of Critique and later he presents it as an issue in the Transcendental Dialectics, he would not manage to show, in the latter passage, how morality could be affirmed as a possible science by means of the presupposition of possibility and objective reality of freedom as practical freedom. In the Canon of Pure Reason, in which Kant states that practical freedom is known from experience as one of the natural causes, it seems difficult to realize how it concomitantly would be known from experience and differently from the empirical events submitted to the causality of nature. The study, carried out by means of a systematic analysis of Kant's philosophy presented in the Critique of Pure Reason, especially in the Transcendental Dialectics and in the Canon of Pure Reason, shows that a causality through liberty, in Kant's work, may just be presented as a transcendental idea whose thought the philosopher had managed to admit as non-contradictory and necessary. The possibility of this causality, however, which would ensure reality to practical freedom, seems not to be possibly established in the first Critique. It seems that, in this work, Kant intended to ensure a place to morality in the philosophical system from the restriction of knowledge to the experience and, thus, from the recognition of the possibility of thinking that morality can “take up territory” beyond the field of experience by means of a pure practical use of reason.

Key words: transcendental ideas, transcendental liberty, practical liberty.

INTRODUÇÃO

A causalidade por liberdade, mesmo que a título de idéia transcendental meramente regulativa, à qual Kant não atribui nem possibilidade e nem realidade objetiva no mundo sensível, apresenta-se como um elemento fundamental para que a filosofia kantiana possa ser compreendida de uma perspectiva estritamente sistemática. Esta idéia é importante porque Kant, ao tratar do problema da causalidade por liberdade, tanto pretende a sustentação dos resultados alcançados até então, na Analítica Transcendental, para a teoria do conhecimento, de restringir o conhecimento à experiência e de explicá-lo mediante leis naturais necessárias, quanto, a partir da Dialética Transcendental, estabelecer uma futura teoria da moralidade mediante a possibilidade de a razão transcender os limites da experiência possível com seu uso puro prático. A liberdade, enquanto idéia transcendental, é definida por Kant como a faculdade de iniciar espontaneamente um estado, sem que a sua causalidade esteja subordinada, segundo a lei da natureza, à outra causa que a preceda temporalmente. Tal causalidade livre, concebida só como idéia regulativa, Kant trata como um problema da razão especulativa, justamente por esta apresentar uma tendência natural de ultrapassar seu uso empírico, que é realizado pelo entendimento com as categorias.

À análise do problema da causalidade por liberdade na primeira *Crítica* justifica-se pelo fato de o filósofo já deixar transparecer nesta obra a intenção de estabelecer uma futura teoria da moralidade ao afirmar a necessidade de uma causa espontânea na determinação da vontade humana. Respeitando a dupla perspectiva da argumentação kantiana de, no estabelecimento de uma causalidade por liberdade, ter em vista tanto o “edifício da razão pura” para o conhecimento, quanto o “edifício da razão pura prática” para a moralidade, este trabalho será desenvolvido em três momentos. Inicialmente será reconstruída a argumentação apresentada por Kant na Dialética acerca das idéias transcendentais, a fim de mostrar a especificidade destes conceitos da razão especulativa, que além de não contraditórios com o que foi estabelecido para as categorias ainda desempenha uma função necessária tanto na determinação dos limites do conhecimento quanto na garantia de um uso puro prático da razão no campo da moralidade. Num segundo momento, também tendo por base a argumentação de Kant na Dialética Transcendental, procurar-se-á mostrar em que medida a liberdade transcendental, enquanto idéia da razão especulativa, pode ser pensada como possível em concordância com a causalidade da natureza. Ainda neste se-

gundo momento será mostrado porque a distinção, feita na Analítica Transcendental, dos objetos em fenômenos e númenos é importante para que a liberdade transcendental possa ser pensada como possível. Num terceiro momento, mediante análise das passagens da Dialética Transcendental, em que Kant afirma que da liberdade transcendental deriva um conceito prático de liberdade, e do Cânone da Razão Pura, no qual Kant apresenta uma teoria da liberdade prática desvinculada da liberdade transcendental, mostrar-se-á que, nestas passagens, Kant estaria oferecendo duas tentativas de compatibilizar liberdade prática e causalidade da natureza. Embora na Dialética ele afirme que a possibilidade da liberdade não pode ser admitida dentro do esquema da filosofia teórica, argumenta-se que ele apresenta também, no próprio texto da Dialética, uma intenção de conciliar a liberdade prática, enquanto princípio moral de determinação da vontade independentemente dos impulsos da sensibilidade, com a determinação da causalidade da natureza. Defende-se que esta tentativa da Dialética de compatibilizar por meio das idéias transcendentais liberdade prática e causalidade natural, embora não reconhecida como totalmente satisfatória para a filosofia prática, é menos problemática do que a tentativa do Cânone, em que Kant sustenta que a liberdade prática é comprovada e conhecida pela experiência como uma das causas naturais. Isto é, apesar da argumentação de Kant na Dialética Transcendental não possibilitar ainda o reconhecimento da liberdade prática, ela parece não apresentar, contudo, contradição nem com o texto da Analítica Transcendental e nem com os escritos morais posteriores de Kant.

AS IDÉIAS TRANSCENDENTAIS ENQUANTO CONCEITOS REGULATIVOS DA RAZÃO TEÓRICA ESPECULATIVA

Ao iniciar a Dialética Transcendental, Kant claramente expõe o seu propósito de atribuir à razão pura especulativa uma função necessária. Esta função, apresentada no Prefácio da Segunda Edição da *Crítica* como importante tanto para o conhecimento quanto para a moralidade, aqui, na Dialética Transcendental, é especificada com relação ao conhecimento, mediante a afirmação de Kant de que “[t]odo o nosso conhecimento começa pelos sentidos, daí passa ao entendimento e termina na razão, acima da qual nada se encontra em nós mais elevado que elabore a matéria da intuição e a traga à mais alta unidade do pensamento”.⁴ Diferentemente do

⁴ KANT (1994). *Crítica da razão pura*. B.355. Trad. Manuela P. dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. Lisboa: Calouste Gulbenkian. Nas citações seguintes a *Crítica da razão pura* será representada pela sigla *CRP*.

entendimento que com as categorias unifica os fenômenos, ou objetos de conhecimento, mediante regras, a razão teórica especulativa unifica as regras do entendimento mediante princípios. Este procedimento de unidade das regras do entendimento pela razão, que não prescreve aos objetos nenhuma lei e não garante a possibilidade de os determinar em si, mas opera somente mediante o material produzido pelo entendimento ao submeter a conceitos o diverso da intuição, é definido por Kant como transcendental. Se fosse referido aos fenômenos, tal procedimento da razão seria, segundo Kant, sempre transcendente, pelo fato de se distinguir sempre das regras do entendimento que apresentam um uso imanente restrito à experiência.

Assim como às categorias já fora atribuído o título de conceitos *a priori* do entendimento,⁵ Kant também define as idéias transcendentais como conceitos *a priori* da razão. A diferença se faz destacada entre esses dois tipos de conceitos, uma vez que as categorias contêm a unidade da reflexão sobre os fenômenos, sendo possível, por seu intermédio, o conhecimento e a determinação dos objetos, enquanto que as idéias transcendentais, ou conceitos da razão, quanto à sua aplicação são sempre transcendentais, não podendo lhes ser dado nenhum objeto correspondente na experiência. As idéias, enquanto “[...]categorias alargadas até ao incondicionado”⁶ e, assim, livres das limitações da experiência possível, compreendem apenas um uso da razão numa síntese completa de toda a experiência. Se na Analítica Transcendental Kant assegura que a forma lógica do conhecimento pode conter a origem das categorias, ou conceitos puros *a priori* que tem a capacidade de representar os objetos antes mesmo de estes serem dados na experiência, com as idéias transcendentais ele pretende assegurar a possibilidade de determinação “[...] do uso do entendimento no conjunto total da experiência”⁷. Este artifício que possibilitaria, pelo uso especulativo da razão, determinar os limites do conhecimento pelo fato de a razão pretender sempre a integridade da série dos fenômenos, apresenta-se, entretanto, como problemático, segundo Kant, porque para os conceitos da razão teórica especulativa, ou idéias transcendentais, não há na intuição nenhum objeto correspondente. Ou seja, estes conceitos da razão, originados da extensão da categoria de causalidade ao incondicionado, apresentam um uso apenas

⁵ Em *CRP B 299*, Kant afirma ao se referir às categorias, enquanto conceitos puros do entendimento, que “[o] conceito é sempre produzido a priori, juntamente com os princípios sintéticos ou formulações extraídas desse conceito; mas o seu uso e aplicação a supostos objetos só pode encontrar-se na experiência, cuja possibilidade (quanto à forma) contêm a priori”.

⁶ *CRP B 436*. Também nesta seção da Dialética Transcendental intitulada “Sistema das Idéias Cosmológicas” (B 435), Kant afirma acerca da origem das idéias transcendentais que “[...] a razão não produz, propriamente, conceito algum, apenas liberta o conceito do entendimento das limitações inevitáveis da experiência possível, e tenta alargá-lo para além do empírico”.

⁷ *CRP B 378*

regulativo. Considerando a afirmação de Kant de que um conceito sem intuição é vazio, assim como uma intuição sem conceito é cega,⁸ o estabelecimento das idéias transcendentais, ou conceitos da razão, como destituídas de conteúdo e até necessariamente impossibilitadas de uma aplicação a objetos da experiência possível, parece carecer de um maior esclarecimento. Isto é, mesmo que Kant esteja se referindo especificamente às categorias ao afirmar que estas só têm sentido quando aplicadas às intuições empíricas, parece ser importante que se explique, também, como um conceito da razão que não possui, e não pode possuir um objeto correspondente na experiência, apresenta uma finalidade necessária e não meramente problemática.

Na Dialética Transcendental, Kant define uma idéia transcendental como “[...] um conceito necessário ao qual não pode ser dado nos sentidos um objeto correspondente”.⁹ Não se pode atribuir a este conceito nenhum objeto, justamente porque, enquanto idéia da razão especulativa e, portanto, transcendental, considera todo o conhecimento da experiência como determinado por uma totalidade absoluta de condições. Ou seja, se as categorias do entendimento, pela unidade sintética das intuições, referem-se aos objetos de conhecimento somente enquanto fenômenos ou representações, agora com as idéias transcendentais se procura determinar a totalidade absoluta de tais representações. Este procedimento da razão de designar a totalidade absoluta dos fenômenos Kant denomina como “*unidade de razão dos fenômenos*”, distintamente da unidade que a categoria exprime que é definida como “*unidade do entendimento*”.¹⁰

As idéias transcendentais, segundo Kant, reduzem-se apenas a três, a saber, a idéia da unidade absoluta do sujeito pensante, a idéia da unidade absoluta da série das condições de um fenômeno e a idéia da unidade absoluta da condição de todos os objetos do pensamento em geral. Respectivamente, estas três idéias correspondem a um sujeito pensante (alma), enquanto objeto da psicologia, ao conjunto de todos os fenômenos (mundo), que é objeto da cosmologia, e ao ser que contém a condição suprema da possibilidade de tudo o que pode ser pensado (o ente dos entes), que é o objeto da teologia.¹¹ De acordo com estas três idéias, se estabelece, na psicologia racional, o questionamento acerca da imortalidade da alma, na

⁸ CRP B 75. O texto de Kant é: “Pensamentos sem conteúdo são vazios; intuições sem conceitos são cegas”. No entanto, a substituição de “pensamento” por “conceito” não parece problemática, visto que, nas linhas seguintes, Kant explicita claramente que, com esta afirmação, ele está se referindo à relação conceito-intuição, pelo fato do pensamento ser entendido como um conceito destituído de qualquer conteúdo.

⁹ CRP B 383

¹⁰ CRP B 383

¹¹ CRP B 391

cosmologia racional o questionamento acerca da existência de uma causalidade espontânea (liberdade) além da causalidade da natureza, e na teologia racional o questionamento acerca da existência de um ente supremo (Deus).

Diferentemente das categorias, para as quais, na Analítica Transcendental, Kant apresenta uma dedução transcendental¹² e a correspondência de intuições empíricas, sendo relacionadas à unidade sintética das representações; no início Dialética transcendental, Kant associa as idéias transcendentais à unidade sintética incondicionada de todas as condições em geral¹³. Desde que para estas idéias, numa unidade incondicionada que representa a totalidade dos fenômenos, não há na experiência nenhum objeto correspondente, não se pode também referir a elas uma dedução objetiva como a apresentada para as categorias. Kant afirma, com efeito, que elas são derivadas da natureza subjetiva da razão e possuem somente realidade transcendental subjetiva¹⁴.

Entretanto, na última parte da Dialética Transcendental, intitulada “Apêndice à Dialética Transcendental”, Kant admite a possibilidade das idéias referentes à totalidade absoluta do sujeito pensante (idéia psicológica) e à unidade absoluta da condição de todos os objetos do pensamento em geral (idéia teológica) serem dotadas de realidade objetiva¹⁵. Não haveria, segundo Kant, nenhuma contradição em admitir a possibilidade destas duas idéias serem objetivas, dado que a sua possível realidade, embora não conhecida, não seria problemática em relação aos eventos do mundo sensível.

¹² Um dos objetivos de Kant ao apresentar a dedução transcendental das categorias na *Crítica da razão pura* é a solução do problema de intuições serem possíveis sem conceitos dos objetos. Ou seja, após ter estabelecido o espaço e o tempo como formas legítimas de intuição, pelo fato de um objeto só poder aparecer a um determinado agente de conhecimento por meio destas formas puras da sensibilidade, Kant pretende justificar a necessidade das categorias para as intuições dos objetos. Ora, estes conceitos puros do entendimento “[...] de modo algum apresentam as condições em que os objetos nos são dados na intuição; por conseguinte, podem-nos sem dúvida aparecer objetos, que não se relacionem necessariamente com as funções do entendimento e dos quais este, portanto, não contenha as condições a priori” (CRP B122). Este fato leva Kant a especificar as categorias como dotadas de validade objetiva, a fim de que possam ser estabelecidas como condições a priori de possibilidade do conhecimento dos objetos. A dedução transcendental deve, desse modo, mostrar como as intuições estão necessariamente subsumidas sob conceitos de objetos. Para justificar a validade dos conceitos puros do entendimento, mostrando que estes fornecem as condições de possibilidade do conhecimento dos objetos, Kant afirma que todos os fenômenos, enquanto representações dos objetos com possibilidade de conhecimento, devem estar “[...] submetidos às condições formais do espaço e do tempo e que mesmo todo o conhecimento só é possível, antes de mais, graças a esta dupla condição” (CRP A 110). Assim, de acordo com as formas das categorias, a unidade da aprecepção possibilita a ordem e regularidade aos fenômenos. As categorias são, portanto, conceitos sem os quais não há possibilidade de conhecimento dos objetos, e, a cada um destes conceitos puros do entendimento, deve haver na sensibilidade uma intuição correspondente.

¹³ CRP B 382/383

¹⁴ CRP B 393 e B 397

¹⁵ CRP B 701

Assim, enquanto para as categorias Kant apresenta uma dedução da sua possibilidade, enquanto conceitos puros do entendimento dotados de validade objetiva, para estas idéias transcendentais ele admite a possibilidade de objetividade. Ou seja, visto que não há nenhuma informação sobre a possibilidade ou impossibilidade de tais idéias, justamente por estarem situadas, enquanto princípios regulativos da razão especulativa, além da experiência possível, elas não são contraditórias com as categorias e nem a sua objetividade pode ser negada por argumentos restritos à experiência. Uma negação absoluta, fora dos limites da experiência, também não seria possível, porque o nosso conhecimento não pode ser estendido para além dos limites da experiência. Kant insiste, contudo, que a mera suposição da objetividade destas idéias, a saber, da imortalidade da alma e da existência de Deus, não nos garante a possibilidade de assegurar a existência de objetos reais correspondentes a elas na experiência ou fora desta. Elas devem ter “[...] apenas o valor de [um] princípio regulativo [...] e só deverão servir de fundamento como análogo das coisas reais, não como coisas reais em si mesmas”¹⁶.

Kant concebe, então, para especificar a suposta objetividade das idéias psicológica e teológica, que algo real em analogia, dado como correspondente a tais idéias, não alargaria o conhecimento das coisas a ponto de estas idéias deverem ser estabelecidas como conceitos transcendentais. Isto porque “[...] este ser [que é dado na idéia] só como fundamento é posto na idéia, não em si próprio, e, portanto, unicamente só para exprimir a unidade sistemática que deverá servir-nos de fio condutor par o uso empírico da razão[...]”¹⁷. Kant adverte, assim, no caso do suposto objeto da idéia teológica, que o “ser” deste ente é simplesmente um ser na idéia, mas que não se possui nenhum conceito do que seja em si. Do mesmo modo, a alma é algo considerado apenas como natureza pensante, ou seja, nesta idéia considera-se “[...] tão-só o esquema desse princípio regulativo”¹⁸.

Kant afirma, contudo, que a idéia cosmológica da razão é contraditória quanto a sua objetividade e que a razão se embate numa antinomia quando pretende realizá-la¹⁹. Com esta idéia Kant refere-se à busca da razão de uma série incondicionada de causas nos fenômenos. Visto que na representação por simples conceitos do entendimento, independentemente das condições da intuição sensível, para cada condicionado dado é dada também uma série sucessiva de condições subordinadas sempre condicionadas, o incondicionado que a razão busca na integridade da série dos fenômenos

¹⁶ CRP B 702

¹⁷ CRP B 702

¹⁸ CRP B 711

¹⁹ CRP B 701

não pode ser concebido como algo fora da idéia. Enquanto as condições dos fenômenos são dadas sempre mediante a síntese sucessiva e condicionada do diverso da intuição, a razão busca a totalidade incondicionada dessa síntese. Entretanto, esta idéia de integridade absoluta reside simplesmente na razão, independentemente da possibilidade ou impossibilidade de corresponder de fato a uma série incondicionada de fenômenos. Se assim não fosse a idéia cosmológica e incondicionada da razão seria contraditória, pelo fato de a representação das categorias de uma série de condições para os fenômenos ser sempre condicionada. A totalidade absoluta é, então, apenas um conceito problemático e sem realidade objetiva. Ou seja, esta totalidade incondicionada em relação a série das condições empíricas dos fenômenos, que são todos condicionados, não pode ser admitida como possível, sem que esta possibilidade manifeste uma contradição.

Kant afirma que o incondicionado, presente na idéia de totalidade dos fenômenos, pode ser concebido de duas maneiras. Num primeiro sentido, desenvolvido na Primeira Antinomia, o incondicionado representa uma série de membros, todos condicionados numa totalidade que é incondicionada. Num segundo sentido, desenvolvido na Terceira Antinomia, o incondicionado é uma parte da série de condições à qual os demais membros estão subordinados, mas ele em si não se encontra submetido a nenhuma condição. No primeiro caso antinomicamente representa-se uma série infinita de condições dadas integralmente, e no segundo, em relação à necessidade natural absoluta, à qual estão submetidos temporalmente todos os fenômenos, representa-se uma espontaneidade absoluta (liberdade). Ao primeiro sentido de incondicionado, referido pelo termo mundo, Kant atribui o conjunto matemático de todos os fenômenos e a totalidade de sua síntese, e ao segundo, referido pelo termo natureza, uma totalidade dinâmica, na qual busca-se a unidade na existência dos fenômenos, mas não segundo a agregação no espaço e no tempo²⁰.

A causalidade condicionada é denominada causa natural e, conforme apresentado na Analítica Transcendental, é a causalidade à qual estão submetidos todos os fenômenos. A causalidade incondicionada de tal causa natural, entretanto, chama-se liberdade. A conciliação de ambas as causalidades se apresenta como problemática pelo fato de que é um princípio do entendimento puro que todos os acontecimentos são submetidos à causalidade natural condicionada. Uma causalidade incondicionada, entretanto, mesmo que só enquanto princípio regulativo da razão teórica especulativa, se faz necessária, como já afirmado, para que a razão seja satisfeita na sua tendência incondicional. Cabe, assim, segundo o princípio de uma

²⁰ CRP B444/B447

“arquitetônica da razão”, que “[...] só admite princípios que, pelo menos, não impeçam qualquer conhecimento dado de coexistir num outro sistema”²¹, isto é, que não sejam contraditórios com o propósito das categorias, ou conceitos puros do entendimento, mostrar como a liberdade, definida como idéia transcendental necessária, pode ser concebida como não contraditória com a síntese condicionada das representações que é realizada pelas categorias de acordo com a causalidade da natureza (necessidade natural).

POSSIBILIDADE DE A LIBERDADE TRANSCENDENTAL SER PENSADA SEM CONTRADIÇÃO COM A CAUSALIDADE DA NATUREZA

Em uma nota do Prefácio da Segunda Edição da *Crítica da razão pura*²², Kant especifica sua importante distinção entre pensar e conhecer. O filósofo afirma que o conhecimento de um objeto exige que sua possibilidade real seja provada ou pela experiência ou *a priori* pela razão. Já o pensamento implica apenas que o conceito pensado não seja contraditório consigo mesmo, não sendo necessária a correspondência deste conceito a um objeto da experiência. Esta nota antecipa o esclarecimento feito na Dialética Transcendental de que a liberdade, enquanto idéia transcendental da razão teórica especulativa, pode ser apenas pensada como possível, ou seja, a ela só se pode atribuir possibilidade lógica, sendo que em si não apresenta nem possibilidade nem realidade objetiva.

A estratégia de Kant consiste em provar que a liberdade transcendental pode ser pensada como uma idéia não contraditória com a causalidade da natureza. Esta estratégia surge como resposta ao conflito da Terceira Antinomia.²³ Nesta antinomia, compreendida como pertencente à classe das antinomias dinâmicas,²⁴ Kant apresenta como tese a afirmação de que uma

²¹ CRP B 502

²² CRP B XXVII.

²³ Kant usa, na *Crítica da razão pura*, o termo “antinomia” no sentido de afirmações contraditórias (ou conflitos transcendentais), definidas por tese e antítese, que são igualmente provadas como válidas pela razão. Em B 490, Kant define as antinomias como “[...] quatro problemas naturais e inevitáveis da razão; [sendo que] só pode haver este número, nem mais nem menos, porque não há mais séries de pressupostos sintéticos que limitem a priori a síntese empírica”. Em B 494, Kant também se refere à antítese destes quatro problemas como “um princípio do empirismo puro”, cujo propósito constitui uma explicação empírica empregada no curso da série dos fenômenos e, à tese como caracterizada por um “dogmatismo da razão pura”, com o propósito de estabelecer como fundamento para a série empírica dos fenômenos princípios transcendentais.

²⁴ KANT, Immanuel. 1974. *Prolegômenos*. Trad. Tania Maria Bernkopf. São Paulo: Abril Cultural, §53. Neste texto, Kant divide as antinomias em duas classes, a saber, matemáticas e dinâmicas. Da primeira classe, na qual ambas as afirmações contrárias a tese e a antítese, são apresentadas como falsas, fazem parte, segundo a ordem apresentada na *Crítica da razão pura*, a primeira antinomia, ou antinomia quantitativa, que se refere aos limites do mundo,

causalidade por liberdade - além da causalidade da natureza - é necessária para explicar os fenômenos, mediante argumento que consiste, essencialmente, em afirmar que se houvesse só causalidade, segundo as leis da natureza, quando todo acontecimento fosse necessariamente precedido por outro, não haveria nenhuma completude na série das causas precedentes. A afirmação da validade universal e irrestrita da causalidade da natureza é, segundo o argumento da tese, contraditória em si mesma, pelo fato de que pela própria lei da natureza, na qual nada acontece sem uma causa anterior e, desse modo, não se pode determinar toda a série das causas, a universalidade ilimitada não pode ser afirmada. Na antítese, entretanto, Kant apresenta como contrária à tese - e, portanto, a favor da inexistência da liberdade e do estabelecimento da causalidade da natureza como única a determinar os acontecimentos do mundo - a afirmação de que a liberdade transcendental, pelo fato de pressupor espontaneidade, não só começaria absolutamente uma série de acontecimentos, como também pressuporia um primeiro começo que não fosse determinado por nenhum outro anterior. Neste caso, ela seria contrária à lei da natureza e, visto que se distingue desta pela ausência de leis, seria apenas uma causalidade cega. Tese e antítese são, respectivamente, formuladas a partir do pressuposto de que a série de acontecimentos é finita e há um membro incondicionado (o primeiro membro) nela e de que a série de condições dos acontecimentos é infinita e incondicionada enquanto nenhum membro é incondicionado.²⁵

e a segunda antinomia, ou antinomia qualitativa, que se refere à constituição ou qualidade do mundo. Nestas antinomias Kant apresenta, respectivamente, como afirmações contraditórias, a tese de que “o mundo tem um começo no tempo e é também limitado no espaço” com a antítese de que “o mundo não tem nem começo nem limites no espaço; é infinito tanto no tempo como no espaço” (CRP B 454/455) e a tese de que “toda a substância composta, no mundo, é constituída por partes simples e não existe nada mais que o simples ou o composto pelo simples” com a antítese de que “nenhuma coisa composta, no mundo, é constituída por partes simples, nem no mundo existe nada que seja simples” (CRP B 462/463). Na segunda classe de antinomias, ou antinomias dinâmicas, Kant inclui a terceira antinomia, ou antinomia relacional, e a quarta antinomia, ou antinomia modal. Nestas antinomias, ao contrário das duas primeiras, as afirmações contraditórias da tese e antítese são apresentadas com a possibilidade de ambas serem verdadeiras, para tal Kant mostra que o conflito dialético destas antinomias é meramente aparente. Nas antinomias dinâmicas, Kant apresenta, respectivamente, como afirmações supostamente contraditórias, a tese de que “a causalidade segundo as leis da natureza não é a única de onde podem ser derivados os fenômenos do mundo no seu conjunto. Há ainda uma causalidade por liberdade que é necessário admitir para os explicar” com a antítese de que “não há liberdade, mas tudo no mundo acontece unicamente em virtude das leis da natureza” (CRP B 472/473) e a tese de que “ao mundo pertence qualquer coisa que, seja como sua parte, seja como sua causa, é um ser absolutamente necessário” com a antítese de que “não há em parte alguma um ser absolutamente necessário, nem no mundo, nem fora do mundo, que seja a sua causa”(CRP B 480/481).

²⁵ Este aspecto distintivo da tese, representando uma série causal finita e condicionada, e da antítese, representando uma série infinita e incondicionada, e destacado por BECK (1963). *A commentary on Kant's Critique of practical reason*. Chicago: The University of Chicago Press, p. 184.

Na seção da Dialética Transcendental, dedicada à solução da Terceira Antinomia, Kant define a causalidade pela natureza, enquanto causalidade dos fenômenos encadeados temporalmente, como “[...] a ligação de um estado com o precedente em que um se segue ao outro segundo uma regra”²⁶. De acordo com a lei natural do encadeamento causal, cada acontecimento tem, necessariamente, uma causa, que, por sua vez, também tem uma causalidade, causalidade esta que não foge ao princípio de causa temporal. Kant concebe, então, como uma lei do entendimento, que todos os acontecimentos estão determinados empiricamente segundo a causalidade da natureza. O problema antinômico apresenta-se, justamente, pelo fato de que a ordem temporal da causalidade da natureza representa uma série infinita de acontecimentos, e a razão pensa numa causa incondicionada para pôr finitude a essa série. Este interesse da razão numa finitude da série se representa pelo princípio de que “[...] se é dado o condicionado, é igualmente dada toda a soma das condições e, por conseguinte, também o absolutamente incondicionado, mediante o qual unicamente era possível aquele condicionado”²⁷.

O que torna este princípio problemático é o fato do termo “condicionado” não ser compreendido, aqui, num duplo sentido. A saber, tanto como categoria pura, que estendida ao incondicionado torna-se idéia transcendental da razão especulativa, quanto como um conceito do entendimento aplicado aos fenômenos. A tese é correta quando o termo “condicionado” não é tomado num sentido estritamente temporal e a antítese é correta quando o termo “condicionado” é tomado apenas no sentido de uma condição temporal dos fenômenos²⁸. Para a solução do problema, a saber, da conciliação de uma causalidade por liberdade com o princípio, já estabelecido, de que todos os acontecimentos são encadeados temporalmente, segundo as leis da natureza, Kant, então, sugere e sustenta efetivamente a distinção dos objetos em fenômenos e númenos²⁹. A afirmação da antítese da terceira

²⁶ CRP B 560

²⁷ CRP B 436

²⁸ CRP B 527/528. BECK (1963). *A commentary on Kant's Critique of practical reason*. Chicago: The University of Chicago Press, p. 186. Neste texto, Beck, embora não cite a passagem da CRP em que Kant se refere ao duplo sentido do termo “condicionado”, destaca que, se tal termo fosse tomado no mesmo sentido em ambas as afirmações da tese e da antítese a antinomia, não poderia ser resolvida.

²⁹ Esta distinção é apresentada por Kant especificamente no capítulo intitulado “Do Princípio de Distinção de Todos os Objetos em Geral em Fenômenos e Númenos” que, com o “Apêndice” que o procede, encerra a Analítica Transcendental. Resumidamente, a argumentação de Kant neste capítulo consiste em dizer que não é o conhecimento, restrito à sensibilidade pelo fato das categorias do entendimento serem apenas aplicáveis a intuições empíricas, que se guia pelos objetos, concebidos enquanto númenos, mas sim que são estes objetos, enquanto são dados na sensibilidade do agente de conhecimento, que se guiam pelo modo de representação deste mesmo agente. Neste último sentido, os objetos são concebidos como fenômenos, e consistem, enquanto objetos de uma experiência possível, o grupo de objetos do conhecimento. Enquanto númenos, entretanto, os objetos podem ser apenas negativamente pensados como

antinomia, de que tudo ocorre, segundo leis da natureza, faz-se restrita, dessa forma, ao encadeamento dos objetos enquanto fenômenos, o que não impede que, num segundo aspecto, ou seja, no mundo numênico, uma outra causalidade, que não a da natureza, fosse pensada como possível.

Kant estaria contrariando o que foi estabelecido na Analítica Transcendental, de que todos os fenômenos, enquanto objetos de conhecimento, são encadeados temporalmente pela causalidade da natureza, se admitisse teoricamente a causalidade por liberdade como dotada de possibilidade e de realidade objetiva no mundo sensível, e, assim, como passível de conhecimento. A solução a ser apresentada para a Terceira Antinomia deve, indispensavelmente, não apresentar contradição com o princípio do entendimento de síntese temporal das representações empíricas segundo a causalidade da natureza. Kant parece atingir este propósito ao admitir que a razão teórica especulativa, ao aventurar-se para além dos limites permitidos do conhecimento, possui uma finalidade positiva, pois ao mesmo tempo que concebe os fenômenos como representações limitadas à sensibilidade, também necessita pressupor um “objeto transcendental” como fundamento destes fenômenos. Ou seja, para que os fenômenos possam ser determinados como simples representações encadeadas por leis empíricas, o homem precisa ser pensado como coisa em si³⁰. O homem é, dessa forma, fenômeno, enquanto encadeado temporalmente com outros fenômenos, e pensado como coisa em si, enquanto “causa inteligível dos fenômenos”. Os fenômenos não poderiam ser definidos como representações por outros fenômenos, como no encadeamento causal pelas leis da natureza, porque isso acarretaria a própria impossibilidade dessa definição. Se assim fosse, Kant teria que admitir que esta definição também acarretaria uma série causal infinita, visto que cada fenômeno seria, sucessivamente, definido como fenômeno por outro infinitamente. Kant concebe, portanto, o homem,

possíveis, mas não possuem realidade objetiva, visto que são somente objetos de uma experiência em geral. Nesta experiência em geral, as categorias do entendimento são apenas conceitos vazios, pelo fato de os objetos não lhes poderem ser dados em nenhuma intuição correspondente.

³⁰ Sobre este aspecto Kant afirma, em *CRP B 565*, que “[s]e os fenômenos nada mais valem do que de fato são, quer dizer, se não valem como coisas em si, mas como simples representações encadeadas por leis empíricas, têm eles próprios que possuir fundamentos que não sejam fenômenos”.

³¹ A este respeito Kant afirma em *CRP B 567*: “Num sujeito do mundo dos sentidos teríamos então, em primeiro lugar, um caráter empírico, mediante o qual os seus atos, enquanto fenômeno, estariam absolutamente encadeados com outros fenômenos e segundo as leis constantes da natureza, destas se podendo derivar como de suas condições, e constituindo, portanto, ligados a elas, os termos de uma série única da ordem natural. Em segundo lugar, teria de lhe ser atribuído ainda um caráter inteligível, pelo qual, embora seja a causa dos seus atos, como fenômeno, ele próprio não se encontra subordinado a quaisquer condições da sensibilidade e não é, mesmo, fenômeno”.

enquanto encadeado com outros fenômenos e também enquanto causa dos fenômenos, como dotado, respectivamente, de um caráter empírico e de um caráter inteligível³¹.

O homem necessita ser pensado, pela razão teórica especulativa, como uma coisa em si para que possa ser admitido como causa dos fenômenos e, para que, conseqüentemente, a restrição destes à sensibilidade possa ser admitida como possível. Kant concebe o homem como ser que, além de ser dotado de entendimento e, por meio deste, da capacidade de conhecimento dos objetos na experiência possível, também é dotado de razão, e, assim, pode pensar-se a si mesmo pela apercepção, ou seja, por determinações internas enquanto “objeto inteligível”³². Ao admitir que o homem pode ser pensado como coisa em si e, portanto, como não determinado pelas leis da natureza, sem apresentar contradição com estas, Kant apresenta a solução para a Terceira Antinomia e, assim, consegue admitir que uma causalidade por liberdade pode ser pensada como possível. Kant afirma, desse modo, que, pelo fato de os fenômenos necessitarem de um objeto transcendental como fundamento, nada impede de atribuir a este objeto, mesmo que somente no pensamento, uma causalidade diferente daquela que determina os fenômenos temporalmente³³. Esta causalidade, que não pode ser conhecida pelo fato de não pertencer ao mundo dos sentidos e não ser determinada por outra causa, não estaria, desse modo, submetida às leis da natureza e seria transcendentalmente livre³⁴. A liberdade transcendental pode, assim, ser pensada enquanto causalidade da razão do homem, enquanto coisa em si, como possível sem que entre em contradição com a causalidade da natureza, pela qual o mesmo homem está encadeado temporalmente enquanto fenômeno.

A LIBERDADE TRANSCENDENTAL EM RELAÇÃO À LIBERDADE PRÁTICA

Além de mostrar que a liberdade transcendental, enquanto causalidade da razão do homem concebido como coisa em si, é uma idéia possível de

³² CRP B 574

³³ CRP B 566/567

³⁴ Kant, Immanuel. 1997. *Lectures on metaphysics*. Trad. Karl Ameriks e Steve Naragon. New York: Cambridge University Press. A citação refere-se ao texto da *Metaphysik Mrongovius* (29: 861). Kant, neste texto, afirma: “When we look upon the appearances, they all fit together according to the laws of nature. But still all appearances also have a transcendental cause which we do not know, e.g., body is composite, i.e., an appearance. But there must still be a transcendental cause that contains the ground from which this appearance arises. This cause is unknown to us; but because it does not belong to the sensible world, it also cannot be determined by other causes in it, consequently it likewise does not stand under the laws of nature or of the sensible world and is thus transcendentaliter free”.

³⁵ CRP B XXIV

ser pensada sem contradição com a causalidade da natureza, pela qual o mesmo homem, enquanto fenômeno, encadeia-se com outros fenômenos de acordo com leis empíricas, Kant parece, também, na *Crítica da razão pura*, ter o objetivo de mostrar que esta idéia regulativa da razão especulativa é necessária para o estabelecimento de uma liberdade prática. Este artifício o filósofo anuncia no Prefácio da Segunda Edição da *Crítica*, e, posteriormente, apresenta na seção da Dialética Transcendental dedicada à solução da Terceira Antinomia.

No Prefácio da Segunda Edição da *Crítica da razão pura*, Kant sustenta claramente que a *Crítica*, ao limitar o conhecimento à experiência, não possui uma utilidade meramente negativa³⁵. A própria restrição dos conceitos do entendimento, ou categorias, à experiência já compreenderia uma utilidade positiva da mesma. Pois, além do uso empírico das categorias, poder-se-ia conceber, ainda, um uso puro prático da razão. A causalidade por liberdade, sendo uma idéia transcendental e regulativa da razão especulativa, que não possui nada extraído da experiência, fundamentaria, mediante a restrição do entendimento ao que é, foi ou será, um uso moral da razão, que se estrutura no plano do dever ser³⁶. Este uso moral da razão Kant concebe como legítimo somente mediante o pressuposto de uma liberdade em sentido prático, definida como “[...] a independência do arbítrio diante da coação dos impulsos da sensibilidade”³⁷. O filósofo afirma, ainda, em uma outra passagem da Dialética Transcendental que “[...] a supressão da liberdade transcendental anularia simultaneamente toda a liberdade prática”³⁸.

Se a *Crítica* não limitasse o conhecimento teórico objetivo à experiência, os fenômenos, enganosamente, seriam concebidos como objetos de realidade absoluta e não como simples representações encadeadas por leis empíricas. Neste sentido, tanto a metafísica em sentido estrito seria concebida como uma ciência insegura e sujeita a erros, quanto a moralidade não poderia ser afirmada como ciência possível. No entanto, pelo fato de os fenômenos serem concebidos como objetos do conhecimento, sempre restritos à experiência, a liberdade transcendental pode ser pensada como a causalidade da razão do homem que, apesar de ser fenômeno, é também, por meio desta causalidade, a causa dos fenômenos. Isto é, a vontade do homem “[...] pode, por um lado, na ordem dos fenômenos (das ações visíveis), pensar-se necessariamente sujeita às leis da natureza, ou seja, como não livre; [e] por outro lado, enquanto pertencente a uma coisa em si, não sujeita a essa lei e, portanto, livre, sem que deste modo haja contradição”³⁹.

³⁶ CRP B 575

³⁷ CRP B 561/562

³⁸ CRP B 562

³⁹ CRP B XXVIII

Porém, como apresentado acima, a liberdade transcendental é não contraditória com a causalidade da natureza somente quando estabelecida num mundo inteligível. Ou seja, fora da série das condições empíricas, na qual todo e qualquer fenômeno é temporalmente encadeado. Ela pode apenas ser pensada como possível (logicamente), mas a ela não pode ser atribuída nem possibilidade e nem realidade objetiva num mundo sensível, como no caso dos conceitos do entendimento. A liberdade prática, entretanto, enquanto elemento inserido num mundo sensível, exige possibilidade e realidade objetiva. Parece, então, coerente afirmar que Kant, ao tratar da liberdade na Dialética Transcendental, não apenas apresenta o problema de conciliar a universalidade do princípio causal de encadeamento dos fenômenos com a incondicionalidade do princípio transcendental da razão, no qual a natureza é pensada como um todo dinâmico; mas também busca conciliar a origem espontânea de uma série causal particular, ou seja, a determinação da vontade dos seres humanos espontaneamente, com o sistema natural, no qual toda causa é também determinada temporalmente por outra precedente⁴⁰. O primeiro problema, a saber, da incondicionalidade da liberdade, é resolvido dentro do esquema teórico das antinomias dinâmicas, a partir da admissão da possibilidade lógica da liberdade transcendental, enquanto princípio da razão teórica especulativa de encadeamento incondicionado dos fenômenos. No segundo problema, a saber, no da determinação espontânea da vontade humana, porém, a liberdade prática parece exigir que o seu estabelecimento seja dado no mundo sensível, na qual o agente, embora determinado por princípios exclusivamente racionais, age de fato.

Kant não poderia estabelecer a possibilidade ou realidade objetiva da liberdade, o que lhe daria um sentido prático, no mundo inteligível. Caso ele tivesse feito isso, seria plausível supor que esse mundo, enquanto possível, também seria passível de conhecimento, o que não pode ser feito, visto que, como defende Kant em toda a argumentação da Analítica Transcendental, o conhecimento limita-se sempre à recíproca necessidade de categorias e intuições da sensibilidade, o que só pode ser dado no campo da experiência possível, ou seja, no mundo sensível. Também no mundo sensível o estabelecimento da liberdade prática, numa perspectiva estritamente teórica, parece problemático. Ou seja, é difícil perceber como Kant, na primeira *Crítica*, poderia conciliar a liberdade prática, enquanto real no mundo sensível, com o princípio de que neste mundo todos os acontecimentos estão subordinados à causalidade da natureza.

⁴⁰ SMITH, Norman Kemp. 1991. A Commentary to Kant's "Critique of pure reason". New York: Humanity Books, p. 518

A tentativa de Kant na Dialética Transcendental parece, sim, ser de mostrar que as próprias idéias transcendentais, das quais a liberdade transcendental faz parte, possibilitariam uma compatibilidade no mundo sensível da liberdade prática com a causalidade dos acontecimentos empíricos, sem com isso subtrair o caráter espontâneo e incondicionado que é necessário à moralidade. Esta tentativa é bem explícita na passagem em que Kant, ao tratar da finalidade das idéias transcendentais, afirma que “[...] podem, porventura, esses conceitos transcendentais da razão estabelecer uma transição entre os conceitos da natureza e os conceitos práticos e assim proporcionar consistência às idéias morais e um vínculo com os conhecimentos especulativos da razão”⁴¹. A argumentação de Kant neste trecho da Dialética pode ser entendida, como uma tentativa de provar que a liberdade prática poderia ser apresentada como não-contraditória com a causalidade dos acontecimentos empíricos, e que esta prova seria supostamente fornecida pelas idéias transcendentais.

A liberdade prática é, sim, como já apresentado acima, definida na Dialética como “[...] a independência do arbítrio frente à coação dos impulsos da sensibilidade”⁴². Entretanto, não parece ser possível, aqui, compreender como esta liberdade prática, independentemente determinada, seria possível sem contradição, uma vez que, dentro do próprio esquema das Antinomias da *Crítica*, o único meio de não contradição é o mero pensamento de uma liberdade transcendental que é possível apenas logicamente, enquanto existente problemáticamente num mundo que não o sensível. Kant, consciente do contra-senso de admitir a possibilidade real da liberdade prática, só teria a alternativa de conceber a liberdade prática no mesmo sentido da liberdade transcendental, mas isto ainda não explicaria como aquela não seria problemática em relação à causalidade da natureza, o que, contudo, parece ser exigido para uma teoria moral a ser estabelecida na *Crítica da razão pura*. Eis porque ao findar a seção da Dialética Transcendental, em que apresenta uma solução para a Terceira Antinomia, Kant afirma que não apresentou ainda nem a possibilidade e nem a realidade da liberdade prática⁴³.

No Cânone da Razão Pura, Kant afirma que a determinação da vontade *a priori* pela razão é feita por leis práticas puras que são as leis morais. O filósofo define estas leis morais como “[...] leis objetivas da liberdade e que exprimem o que deve acontecer, embora nunca aconteça, e [que] distinguem-se assim das leis naturais que apenas tratam do que

⁴¹ CRP B 386

⁴² CRP B 562

⁴³ CRP B 586

acontece”⁴⁴. Porém, neste texto do Cânone, no qual Kant também afirma que “[p]rático é tudo aquilo que é possível pela liberdade”⁴⁵, a tentativa de resolver o problema de conciliar a possibilidade de que um agente moral aja livremente no mundo sensível, onde todos os fenômenos estão submetidos à causalidade da natureza, parece ainda menos satisfatória. Kant parece aqui querer justificar a possibilidade de não-contradição da liberdade prática em relação à causalidade dos acontecimentos empíricos não mais por meio de conceitos transcendentais, como na tentativa apresentada na Dialética, mas sim, por comprovação empírica. Ou seja, neste texto, ele afirma que a liberdade prática, enquanto causalidade da razão determinante da vontade, é demonstrada e conhecida pela experiência⁴⁶. Parece difícil, no entanto, compreender como a vontade humana livre - enquanto demonstrada nas ações ou “suas manifestações fenomênicas” – poderia ser conhecida e comprovada pela experiência como espontânea, se na experiência ela não seria explicada de maneira diferente dos outros acontecimentos fenomenicos⁴⁷.

Dentre as passagens, a saber, Dialética e Cânone, a que parece mais se aproximar dos argumentos desenvolvidos posteriormente por Kant, em suas obras de filosofia moral, parece ser a da Dialética Transcendental. Se dentro do esquema da primeira *Crítica* a liberdade prática não pode ser admitida como dotada de possibilidade e de realidade objetiva no mundo sensível, pelo menos a passagem da Dialética Transcendental não parece ser contraditória com o que Kant afirma na Analítica Transcendental. A passagem da Dialética afirma que um efeito no mundo sensível pode ser efeito de duas causalidades, uma condicionada, que o precede temporalmente, e outra incondicionada, enquanto produto da razão. O efeito pode, então, “[...] considerar-se livre quanto à sua causa inteligível e, quanto aos fenômenos, conseqüência dos mesmos segundo a necessidade da natureza”⁴⁸. Esta passagem da Dialética seria problemática se Kant não tivesse afirmado que a razão do homem, enquanto fundamento da definição dos objetos como fenômenos e, portanto, deste concebido enquanto número, é, ela mesma, a única que não está subordinada à causalidade da natureza, à qual todas as representações estão subordinadas. Somente nesta indepen-

⁴⁴ CRP B 830

⁴⁵ CRP B 828

⁴⁶ CRP B 830 e B 831. Respectivamente, “[a]liberdade prática pode ser demonstrada [beweisen] pela experiência” e “[c]onhecemos [Wir erkennen], pois, por experiência, a liberdade prática como uma das causas naturais, a saber, como uma causalidade da razão na determinação da vontade[...]”.

⁴⁷ Kant afirma, em B 826, que as ações humanas, enquanto representações fenomênicas da vontade livre, “[não devem ser explicadas] de maneira diferente dos outros fenômenos da natureza, ou seja, [devem ser sempre explicadas] segundo as leis desta”.

⁴⁸ CRP B 565

dência da razão das leis da natureza consistiria a liberdade⁴⁹. Esta afirmação de Kant parece favorecer não só uma coerência com a doutrina da filosofia teórica da *Crítica da razão pura* como também com as posteriores obras sobre filosofia moral. Pois, se a possibilidade da liberdade prática não pode ser conhecida nos pressupostos da filosofia teórica, nada impede que o homem, como fundamento da representação dos objetos, enquanto fenômenos e, por isso mesmo, efeito também da causalidade de sua razão, a qual não é subordinada à causalidade da natureza, represente-se a si mesmo como livre no mundo inteligível. Esta representação, embora não concebida do ponto de vista teórico, como conhecimento, pode ser admitida na medida que o homem é ele próprio, por um fator de determinação exclusivamente racional, consciente de sua liberdade. Este último aspecto, que é trabalhado amplamente por Kant na *Fundamentação da metafísica dos costumes* e na *Crítica da razão prática*, cuja abordagem não será feita aqui, serve apenas para mostrar que a doutrina da Dialética Transcendental parece ser mais plausível que a doutrina do Cânone da Razão Pura, tanto com relação à Analítica Transcendental quanto com relação aos escritos morais escritos posteriormente por Kant.

CONCLUSÕES

A causalidade por liberdade, mesmo que concebida apenas como liberdade transcendental, apresenta destacada importância na filosofia kantiana. Kant tem, ao referir-se ao conceito de liberdade transcendental, o duplo objetivo de estabelecer tanto a teoria do conhecimento, ou “analítica do entendimento puro”, como ciência segura, quanto à moralidade, enquanto ciência que garante a possibilidade de determinação da vontade *a priori* pela razão. As idéias transcendentais da razão especulativa são apresentadas como conceitos necessários para que o conhecimento possa ser afirmado como certo dentro dos limites da experiência possível. Embora não sejam necessárias para que o processo do conhecimento ocorra em si, elas desempenham papel fundamental na determinação de seus limites. Pode-se, sim, admitir que, como Kant mesmo afirma, as linhas de orientação do entendimento provêm de um nível situado fora da experiência possível. To-

⁴⁹ KANT, 1997. Immanuel. *Lectures on metaphysics*. Trad. Karl Ameriks e Steve Naragon. New York: Cambridge University Press. A citação refere-se ao texto da *Metaphysik Mrongovius* (29: 861). Kant, neste texto, afirma: “If I want to explain an event in the world, and I derive this from the general laws of nature, then that is a natural event. In the world as a series of appearances, we cannot and must not explain any event from spontaneity <ex spontaneitate>, only the reason of human beings is exempted from this. It does not belong to the series of appearances. It is independent of the laws of nature, and just in that consist freedom”.

davia, este nível, definido como transcendental, faz-se necessário para que o entendimento possa ter certeza acerca dos limites do seu uso.

Das idéias transcendentais, Kant dedicou-se à cosmológica para provar, na solução da Terceira Antinomia, que uma causalidade por liberdade pode ser pensada sem que com isso haja contradição com a causalidade da natureza. A suposta contradição é resolvida tendo-se por base a distinção dos objetos em fenômenos e númenos. A tese de que nem tudo ocorre segundo a causalidade da natureza necessariamente deve referir-se a algo que não pertença à série do encadeamento causal dos fenômenos e que não contradiga tal encadeamento. Assim, o homem pode pensar-se a si mesmo como númeno, e dotado de uma causalidade por liberdade. A antítese de que tudo ocorre segundo a lei da natureza, por sua vez, precisa referir-se exclusivamente ao encadeamento causal dos fenômenos. Neste segundo sentido, o homem seria concebido como fenômeno, encadeado temporalmente com outros fenômenos, e sujeito à causalidade da natureza. Este artifício resolveu um dos aspectos apresentados como problemáticos na Dialética Transcendental acerca da causalidade por liberdade, a saber, que ela, enquanto idéia transcendental da razão especulativa, pode ser pensada como causalidade incondicionada na medida em que se situa além do campo da experiência, no nível transcendental. O segundo aspecto, a saber, de que uma liberdade prática e espontânea fosse concebida, no mundo sensível, como não problemática em relação à causalidade da natureza, pareceu permanecer ainda não resolvido na *Crítica da razão pura*.

Procurou-se mostrar, ainda, como último aspecto, que Kant, já consciente do estabelecimento de uma teoria da moralidade, apresentou na primeira *Crítica* duas tentativas paralelas de assegurar a não-contraditoriedade da liberdade prática com a causalidade da natureza. Na Dialética Transcendental ele pareceu objetivar tal feito valendo-se das idéias transcendentais, na medida em que estas possibilitariam a transição do campo teórico do conhecimento dos objetos para o estabelecimento de princípios morais. No Cânone da Razão Pura, porém, Kant apresenta a tentativa de comprovar a liberdade prática pela experiência. Ambas as tentativas, todavia, parecem não favorecer totalmente as necessidades da teoria moral posteriormente estabelecida. Pela passagem da Dialética ficaria difícil de compreender como uma idéia, estabelecida como possível além do campo do mundo sensível, a saber, a liberdade transcendental, justificaria a possibilidade da liberdade prática no mundo sensível. No Cânone, do mesmo modo, é difícil de compreender como a liberdade prática pode ser conhecida pela experiência como espontânea, se suas manifestações fenomênicas, ou seja, as ações, só podem ser explicadas do mesmo modo que os demais fenôme-

nos condicionados à causalidade da natureza. Mostrou-se, outrossim, que a passagem da Dialética, pelo fato de Kant, com a figura da liberdade transcendental, tanto limitar o conhecimento à experiência quanto assegurar um possível espaço para a moralidade, é menos problemática que a passagem do Cânone tanto em relação à Analítica Transcendental quanto com as obras posteriores de filosofia moral.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

BECK, Lewis White. 1963. **A Commentary on Kant's Critique of practical reason**. Chicago: The University of Chicago Press.

KANT, Immanuel. 1974. **Prolegômenos**. Trad. Tania Maria Bernkopf. São Paulo: Abril Cultural.

KANT, Immanuel. 1994. **Crítica da razão pura**. Trad. Manuela P. dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. Lisboa: Calouste Gulbenkian.

KANT, Immanuel. 1997. **Lectures on metaphysics**. Trad. Karl Ameriks and Steve Naragon. New York: Cambridge University Press.

SMITH, Norman Kemp. 1991. **A Commentary to Kant's "Critique of pure reason"**. New York: Humanity Books.